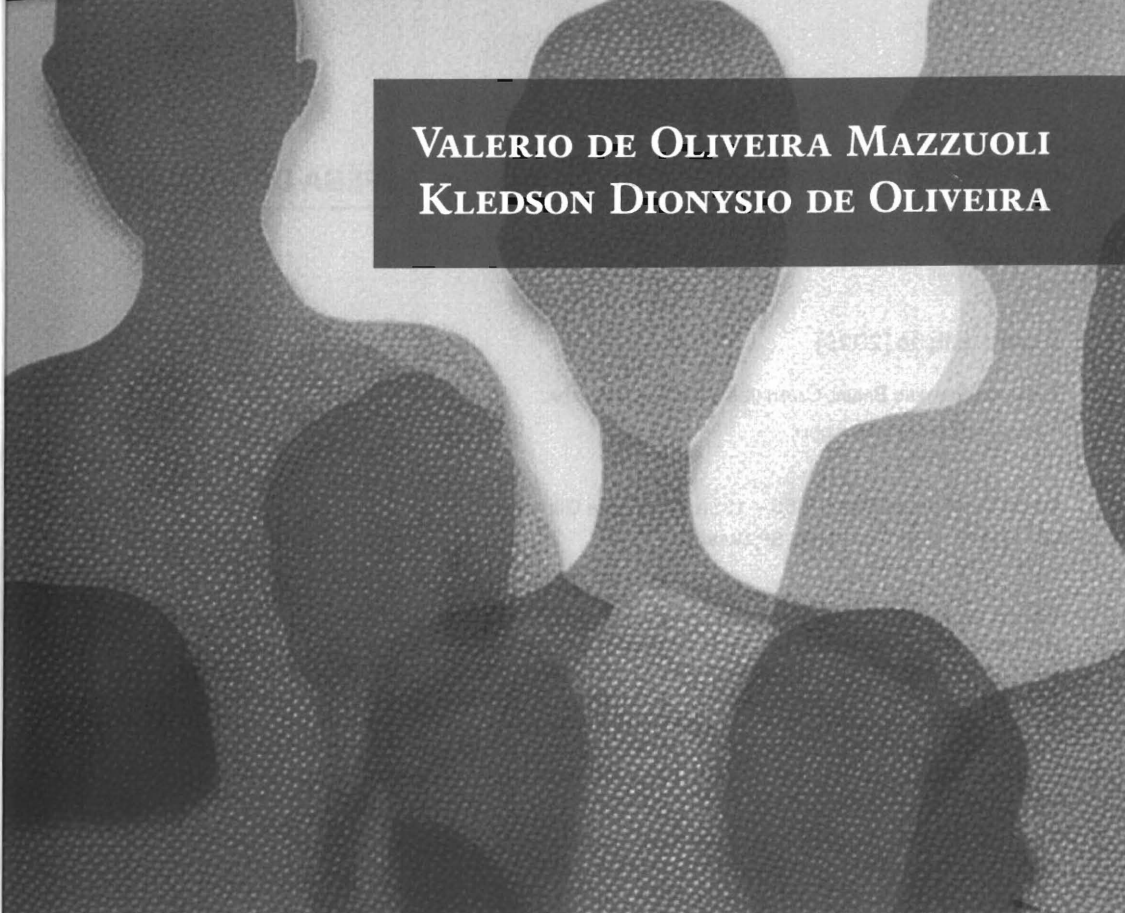




VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI
KLEDSON DIONYSIO DE OLIVEIRA

PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA DA VÍTIMA

Revista
dos Tribunais



Thomson
Reuters™

PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA DA VÍTIMA

Valerio de Oliveira Mazzuoli
Kledson Dionysio de Oliveira

© desta edição [2025]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI
Diretor Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

Central de Relacionamento Thomson Reuters Selo Revista dos Tribunais

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [11-2024]

Profissional

Fechamento desta edição [02.09.2024]



ISBN 978-65-260-1230-7

SUMÁRIO

Duas Palavras	7
Sobre os Autores	9
Introdução	15
Capítulo 1. Centralidade da Proteção dos Direitos Humanos e Fundamentais das Vítimas no Sistema de Justiça Criminal	19
1.1. Deveres de proteção dos direitos humanos e fundamentais	19
1.2. Proibição de proteção deficiente às vítimas de crimes	27
1.3. Dignidade humana e proteção dos direitos fundamentais das vítimas	31
1.4. Direito fundamental à tutela penal	37
1.5. Efeitos vinculantes da submissão do Estado brasileiro à jurisdição contenciosa da Corte IDH	40
1.6. Violações estruturais a direitos humanos pelo sistema de justiça criminal brasileiro	44
1.6.1. Estado de impunidade estrutural	46
1.6.2. Estado de discriminação estrutural	47
1.7. Concretização do dever de proteção das vítimas à luz dos direitos humanos e das obrigações positivas do Estado	48
1.8. Ministério Público e defesa criminal da ordem jurídica	58
Capítulo 2. Âmbito de Proteção do Princípio Constitucional da Ampla Defesa da Vítima	61
2.1. Princípio da ampla defesa e princípio do contraditório	61

2.2. Princípio da ampla defesa como consectário do devido processo legal	62
2.3. Perspectiva fragmentária do princípio da ampla defesa	64
2.4. Vítimas como sujeitos de direito no sistema de justiça criminal	67
2.5. Litigantes destinatários do princípio fundamental da ampla defesa e posição das vítimas	76
2.6. Ampla defesa dos fundamentos acusatórios na persecução penal	78
2.7. Princípio constitucional da ampla defesa e direito das vítimas de acesso à justiça <i>lato sensu</i>	80
2.8. Compreensão dos meios e recursos inerentes à realização do princípio da ampla defesa da vítima	81
2.9. Dimensão material do princípio constitucional da ampla defesa da vítima	84
2.10. Dever institucional do Ministério Público de efetividade do princípio da ampla defesa da vítima	85
Capítulo 3. Desdobramentos Processuais Penais do Princípio Constitu- cional da Ampla Defesa da Vítima	89
3.1. Investigação criminal como instrumento de ampla defesa dos direitos humanos e fundamentais das vítimas	89
3.2. Supervisão judicial do cumprimento do princípio constitucional da ampla defesa da vítima	93
3.3. Direito da vítima à prévia entrevista reservada com o órgão minis- terial	96
3.4. Inconstitucionalidade da proibição de leitura das decisões pro- feridas na persecução penal durante a sessão de julgamento de crimes dolosos contra a vida	99
3.5. Dever de manifestações judiciais consistentes pelo sistema de justiça	101
3.6. Proibição de suscitação de sigilo estatal em procedimentos de apuração de violação a direitos humanos	102

3.7. Vedação a restrições sem exame de proporcionalidade à ampla defesa dos fundamentos acusatórios	104
3.8. Avaliação da necessidade de atendimento multidisciplinar da vítima na audiência de custódia	106
3.9. Proibição do exercício do princípio da ampla defesa com finalidade meramente protelatória	113
3.10. Ampla defesa dos direitos cíveis das vítimas na ação penal pública	115
3.11. Garantia constitucional da ampla defesa da vítima e juiz das garantias	118
3.12. Acesso das vítimas aos autos de investigações criminais sigilosas	126
Capítulo 4. Proposta de Emenda Constitucional sobre o Dever do Estado de Proteção às Vítimas	129
4.1. Colocação da questão	129
4.2. Complementação do princípio da ampla defesa da vítima	130
4.3. Proposta de Emenda Constitucional	131
Conclusão Geral	135
Referências Bibliográficas	137